PATRÍCIA PELLINI FERREIRA

**AS CORTES DE VÉRTICE BRASILEIRAS E O JUÍZO DE
ADMISSIBILIDADE**

Dissertação De Mestrado

Orientador: Professor Doutor **José Carlos Baptista Puoli**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

PATRÍCIA PELLINI FERREIRA

AS CORTES DE VÉRTICE BRASILEIRAS E O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Dissertação apresentada à Banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito na área de concentração Direito Processual Civil, sob a orientação do Professor Doutor José Carlos Baptista Puoli.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Ferreira, Patrícia Pellini.

As cortes de vértice brasileiras e o juízo de admissibilidade / Patrícia Pellini Ferreira; orientador José Carlos Baptista Puoli -- São Paulo, 2017.
186

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Cortes de vértice. 2. Juízo de admissibilidade. 3. Recursos excepcionais. 4. Código de Processo Civil de 2015. 5. Direito processual civil. I. Puoli, José Carlos Baptista, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Como não poderia ser diferente, começo agradecendo ao meu orientador, José Carlos Baptista Puoli, não só por me guiar na construção deste trabalho, mas especialmente pela confiança ao me aceitar como sua orientanda, já que não nos conhecíamos. O voto de confiança possibilitou meu ingresso nesta maravilhosa universidade, onde o conhecimento é compartilhado com generosidade e respeito, inspiração que levo comigo para sempre.

Obrigada aos professores Heitor Sica e Ricardo Leonel, membros da minha banca de qualificação, os quais me auxiliaram a corrigir alguns desvios no rumo deste trabalho.

Agradeço à minha família, pai, mãe e Bruna. Souberam compreender a minha ausência reiterada nesse período de estudos, e por todo o apoio, amor e tolerância. Ao meu namorado Pablo, que no curso desta dissertação tornou-se meu companheiro, dividindo comigo luzes acesas e discussões jurídicas e, algumas vezes, enxugando minhas lágrimas. Meu amado, muito obrigada por ser esse belo parceiro e consistente jurista, o que vem não só me alegrando, mas me enriquecendo, graças ao nosso lindo e recente convívio intenso.

Agradeço, ainda, à Carolina por “segurar as pontas” no escritório durante as minhas ausências, e aos estagiários, atualmente representados pelo Vinícius, que foram sempre disponíveis para retirar livros e copiar artigos essenciais para a produção do meu trabalho nas bibliotecas da nossa cidade.

Por fim, Ruy, como diria Guimarães Rosa “muita coisa importante falta nome”, e hoje, muito obrigado parece não ser suficiente para sintetizar o meu agradecimento por tua participação nessa jornada de conhecimento e poesia. Assim, sem alternativas, obrigada por ter sonhado comigo, por ter planejado comigo e por ter tornado esse mestrado possível, criando financiamento, tempo e me *bombardeando* com críticas ácidas. Não foi fácil, foram muitas brigas, muitos choros, alguns mal-entendidos, mas também foi muito construtivo, muito desafiante e enriquecedor. Assim, por teres me incentivado a fazer mestrado na USP, por teres possibilitado que eu fizesse, por teres me auxiliado com teu juízo crítico no aprimoramento da minha produção, por tua amizade inabalável e pela tua imensa compreensão, meu mais sincero e afetuoso agradecimento.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DAS CORTES SUPERIORES NO BRASIL.....	10
2.1. As Cortes ordinárias e Cortes de vértice: formação e distinções	10
2.1.2. Origem das cortes de vértice no <i>civil law</i> e a replicação dessa estrutura: França, Itália e Alemanha	16
2.2. O modelo norte-americano como inspiração: A <i>alteração</i> das estruturas orientadas pelo sistema da <i>civil law</i>	26
2.3. Cortes de vértice na América Latina: A formação dos tribunais	29
2.4. Surgimento das cortes brasileiras: As origens Lusitanas	34
2.4.1. As estruturas judiciais no Império brasileiro	37
2.4.2. As estruturas judiciais brasileiras no período republicano	40
2.5. Supremo Tribunal Federal e a criação do Superior Tribunal de Justiça	43
2.5.1. Modelo e “perfil” dessas Cortes brasileiras na atualidade	48
2.6. Jurisprudência, precedentes e súmulas.....	49
3. OS RECURSOS EXCEPCIONAIS.....	54
3.1. Generalidades	55
3.1.1. característica principal: Interesse da parte <i>versus</i> interesse objetivo.....	57
3.2. Espécies: recurso extraordinário e recurso especial.....	59
3.3. Requisitos de admissibilidade	61
3.3.1. Requisitos intrínsecos de admissibilidade	62
3.3.2. Requisitos extrínsecos de admissibilidade	69
3.4. O “padrão de conduta” das cortes no julgamento recursal	79
4. A ADMISSIBILIDADE COMO “FILTRO” NOS RECURSOS EXCEPCIONAIS ...	84
4.1. A relação entre mérito e admissibilidade: a conveniência político-temática que norteia tal dicotomia.....	85
4.2. Admissibilidade como “filtro” recursal	90

4.2.1. “Filtros” na experiência das cortes europeias (França, Itália e Alemanha).....	93
4.2.2. Os “filtros” recursais nos países latino-americanos	102
4.3. Os “filtros” de admissibilidade típicos dos recursos excepcionais brasileiros ..	106
4.3.1. Limites no exame de fatos e a valoração de prova	107
4.3.2. Prequestionamento como “filtro”	109
4.3.3. Ofensa direta e reflexa	113
4.4. A jurisprudência defensiva brasileira: “filtro” recursal atípico.....	115
4.5. Repercussão geral como “filtro” e seu alinhamento com o papel nomofilático	118
4.6. A (necessidade) criação de “filtro similar” para o recurso especial	120
5. O CPC/15 E SEUS REFLEXOS NO PAPEL DAS CORTES DE VÉRTICE	122
5.1. Os “pontos críticos” que suscitaram as alterações no âmbito dos recursos no Novo CPC	123
5.2. Técnicas desenvolvidas pelo CPC/15 no juízo de admissibilidade: a superação da jurisprudência defensiva.....	125
5.3. Técnicas desenvolvidas no CPC/15 e seus reflexos no papel nomofilático das cortes de vértice	134
5.4. O impacto de algumas disposições legislativas no papel das cortes	143
5.4.1. A <i>moderação</i> das regras de admissibilidade e o eventual conflito entre normas: artigo 932, parágrafo único <i>versus</i> 1029, §3º ambos do CPC/15.....	144
5.4.2. A função das Cortes de vértice brasileiras à luz do artigo 1034 do CPC/15	147
5.5. O “sistema” de <i>precedentes preconizado pelo CPC/15</i> : técnica de solução/redução do volume de recursos ou fonte de criação/integração do Direito?	151
5.5.1. O fortalecimento das decisões: da “opinião” à <i>ratio decidendi</i>	159
5.6. As Cortes de vértice e o Volume de recursos no cenário jurídico atual: prognóstico.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173

RESUMO

O objetivo da pesquisa desdobrou-se em desvendar a função e a estrutura dos tribunais superiores brasileiros a fim de encontrar eventual problema surgido na origem das cortes e que eventualmente esteja contribuindo para o congestionamento desses tribunais nas últimas décadas, bem como em analisar o juízo de admissibilidade recursal que, afetado pelo congestionamento, foi parcialmente transformado em obstáculo ao volume excessivo de recursos interpostos em nível excepcional. Essas duas temáticas sofreram alterações na reforma do Código de Processo Civil brasileiro, razão pela qual se procurou analisar as mudanças reguladas no novo diploma legal, que voltadas à solução dos problemas que vinham sendo enfrentados no cenário jurídico nacional, em especial os óbices de admissibilidade, possivelmente implicarão aumento no volume de recursos, atuando na contramão de todas as reformas estrangeiras da mesma natureza.

Palavras chave: Cortes de vértice; juízo de admissibilidade; volume de recursos; filtros recursais; Novo Código de Processo Civil.

ABSTRACT

The objective of this research was to reveal the role and structure of the Brazilian Superior Court of Justice in order to find the main characteristics that are leading to the accumulation of appeals in court. At the same time, analysed the judge acknowledgment in appeals, which was partially turned into an obstacle due to the excessive number of appeals in the extraordinary level. These two topics have gone through changes during a recent legislative renewal, for this reason, choose to analyse the changes ruled in the new procedure code. These changes lead to the obstacle of acknowledgement that will eventually result in an increase in the volume of appeals which goes against all foreign legal reforms of the same nature.

Key-words: Superior Court of Justice; judge acknowledgment; volume of appeals; appeals filters; New Procedure Code.

1. INTRODUÇÃO

O Processo Civil brasileiro vive o limiar de um novo tempo, destacado pela promulgação do Novo Código de Processo Civil (CPC/15), que regula institutos oriundos tanto do sistema de *civil law* como de *common law*, instituindo código híbrido entre estes dois *mundos*. As grandes linhas do novo diploma pretendem solucionar, por caminhos novos, problemas antigos como a morosidade e o congestionamento do judiciário, que vêm se agravando com o passar do tempo.

Assim, no âmbito deste trabalho, procura-se estudar algumas dessas alterações tanto no cerne estrutural quanto funcional das cortes de vértice brasileiras, mas colocando especial atenção no juízo de admissibilidade desenvolvido nos recursos destinados aos tribunais de vértice.

Para tanto, a pesquisa inicia pelas cortes de vértice, na definição de modelos de cortes e suas características, percorrendo evoluções históricas importantes e procurando localizar na experiência estrangeira as estruturas que inspiraram o judiciário brasileiro e os demais países latino-americanos cuja semelhança cultural é inegável.

Avança-se, posteriormente, para o desenvolvimento dos tribunais de cúpula no Brasil, ingressando na história das cortes e permitindo a compreensão conjuntural do sistema, com a delimitação da herança portuguesa, bem como das influências norte-americanas e seus reflexos no papel dos nossos tribunais superiores e dos recursos a eles direcionados, notadamente recurso extraordinário e recurso especial. É possível, a partir disso, verificar os desvios de rota e eventuais adaptações que estão contribuindo para o aumento do volume de recursos.

Para tanto, faz-se necessário desde logo relembrar que os recursos excepcionais, ou de estrito direito¹, diferenciam-se dos recursos ordinários em termos de amplitude, pois embora sejam instrumentos destinados ao controle da uniformidade de interpretação da Constituição e da lei infraconstitucional, veiculam apenas questões de direito, restringindo a análise dos fatos aos julgadores das instâncias inferiores, ainda que eventual compreensão equivocada do litígio naquelas instâncias tenha gerado injustiças.

¹ Nomenclatura utilizada por Rodrigo Barioni na sua obra “Ação rescisória e recursos para os tribunais superiores”. (BARIONI, Rodrigo. Ação rescisória e recursos para os tribunais superiores. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 167).

A eventual vocação desses tribunais para realização de *justiça* talvez seja a chave para que ingressemos na difícil apreensão do papel desempenhado pelas cortes de vértice e na *expectativa* da função a ser realizada por elas, isso porque a prática do dia forense sugere que tais cortes estejam sendo visualizadas como terceira instância. Todavia, a história autoriza dizer que a escolha por esse caminho não só é perniciosa como também equivocada, pois desnatura a corte, abrindo suas portas para recursos que não poderiam acessá-la, aumentando sua atribuição, perturbando a ordem e aumentando o volume de trabalho.

O excesso no volume de recursos gera consequências diretas na admissibilidade recursal, provocando a exacerbação de técnicas para contenção de processos, por meio da potencialização de requisitos como: protocolos ilegíveis, pagamento parcial das custas recursais, dentre outros. O caráter não jurisdicional destas técnicas, denominadas de jurisprudência defensiva, é inegável, reclamando a eliminação de tal prática.

Por outro lado, embora a jurisprudência defensiva deva ser eliminada/mitigada, por não configurar técnica aceitável de contenção do volume, o mesmo não vale para os demais “filtros” de admissibilidade. É da natureza das cortes de vértice a existência de filtros, o que pode ser facilmente visualizado na experiência estrangeira. Assim, é necessário que se compreenda o exato papel dos filtros, mecanismos criados para separar o que deve (ou não) ser analisado e julgado por essas cortes. Para tanto é necessário delimitar a estrutura funcional desses organismos judiciais excepcionais, extraindo deles sua verdadeira vocação.

Estabelecidas as premissas históricas e alguns conceitos dogmáticos, procura-se analisar as necessidades que antecederam o Novo CPC, bem como as iniciativas reguladas pelo legislador, seja com o viés de resolver alguns pontos nevrálgicos na operação do sistema da admissibilidade recursal, ou a delimitação de atividade e alcance das decisões superiores refletindo nas demais estruturas judiciais.

Pode se dizer que o fenômeno da jurisprudência defensiva foi tratado como patologia a ser superada, mas os remédios utilizados contra tal mal foram apenas paliativos, pois não se solucionou o agente causador da *doença*, a litigiosidade. Não se imagina, contudo, que seja por meio de uma reforma legislativa que a litigiosidade será controlada, mas um dos braços desse caminho passa pela atenção do legislador a inviabilidade de funcionamento que os tribunais brasileiros vêm enfrentando.

Contudo, o volume de recursos não foi freado com técnicas no juízo de admissibilidade, não se buscou criar entraves, ao contrário, buscou-se neutralizar os filtros excessivos, descortinando o judiciário e pretendendo solucionar o problema de forma indireta por meio de técnicas limitantes que engessarão e, dentro dos vícios de julgamento, simplificarão demandas de forma demasiada.

A esperança do STJ é ver aprovada a PEC 209/2012 que regulará filtro legítimo, alinhado à repercussão geral, que possibilitará o controle das matérias que serão apreciadas pelo Tribunal. De outro lado, o STF teve expandida sua competência e, mesmo com a repercussão geral, não parece que haverá diminuição no número de recursos que lhe serão enviados na vigência do CPC/15.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exposto o histórico das cortes, identificadas as regras de admissibilidade dos recursos excepcionais e os problemas que vinham sendo enfrentados nesta seara, bem como as pretensas soluções reguladas no CPC/15, cabe indagar: é possível enquadrar as cortes brasileiras em um modelo de corte?

Seria temerário estabelecer qual o modelo de cortes de vértice existe no Brasil hoje. É possível dizer que já houve corte de cassação, quando da origem das instituições judiciais (ainda que não no modelo puro, visto as dificuldades inerentes a essa espécie), é possível dizer também que houve corte de revisão, vide o recurso de revistas de graça especial e especialíssima que analisava a justiça ou injustiça no caso concreto. Mas, atualmente, o que há?

Parece estarmos diante de um gênero híbrido, não se trata de cassação pura, pois estando madura a causa, é possível ajustar interpretações equivocadas, alinhar entendimentos, enfim, resolver o caso na própria corte de vértice sem reenvio. Contudo, entende-se equivocado afirmar – como sustenta Nery – que as cortes superiores brasileiras se enquadram no modelo da revisão, quando superado o juízo de admissibilidade, comportando-se como corte de apelação⁴¹¹. Isso porque, se válida a premissa, toda a preocupação do legislador em criar *precedentes* e garantir o limite de atuação dos tribunais superiores seria em vão, pois na prática seriam mesmo terceiras instâncias.

E não são terceiras instâncias. A Constituição ao regular a competência do STF e do STJ estabeleceu sua competência excepcional, conferindo-lhes a guarda dos textos (constitucional e legal), mediante interpretação e uniformização. E essas atividades nomofiláticas dependem de alguns requisitos restritivos, relativamente ao exame da matéria, para que sejam realizadas.

O requisito essencial para que seja viável a atividade das cortes, é o prequestionamento, requisito de admissibilidade por excelência, pois seria inviável a

⁴¹¹ NERY JR, Nelson. e Rosa Maria Andrade. Comentários ao código de Processo Civil, São Paulo. RT, 2015, p. 2174.

realização da interpretação ou da uniformização do entendimento exarado pelos juízos inferiores caso a matéria mesmo impugnada não tivesse sido decidida. Isso porque, os tribunais não estão examinando as inconformidades das partes com o resultado final da demanda, mas a correta aplicação da lei ou da constituição pelos órgãos inferiores no julgamento dos casos concretos. Da mesma forma, sua função é uniformizar entendimentos pronunciados pelos tribunais da federação, a fim de homogeneizar o resultado, promovendo assim, igualdade e segurança jurídica.

Assim, partindo do sistema a que estamos ligados (*civil law*), que concebe dois tipos de modelos de cortes, parece seguro afirmar que as cortes brasileiras oscilam entre tribunais de cassação e revisão dentro dos limites do prequestionamento e da vedação do reexame fático, que conferem a especialidade desses tribunais, afastando-os do modelo de terceira instância.

Há quem sustente outro caminho. Daniel Mitidiero formula tese, na linha doutrinária sustentada por Michele Taruffo no âmbito da Corte de Cassação italiana, sobre a necessidade de *migração* das cortes de vértice brasileiras para o *status* de cortes supremas. A tese do doutrinador é migrar do modelo de cortes de controle para o de cortes de interpretação, aproximando os tribunais brasileiros do paradigma norte-americano, tornando-se verdadeiras cortes de precedentes, em que o exame não tem limites entre questões de fato e de direito, mas a escolha sobre o que julgar deve transcender o caso concreto, cabendo à própria corte decidir os casos que serão, por ela, apreciados ⁴¹².

A *solução* de alçar as cortes superiores brasileiras ao modelo de cortes supremas dependeria de reforma constitucional que alterasse profundamente as bases em que construídas as estruturas das cortes brasileiras. Nesse sentido, Ovídio Batista, no ano de 2006, ao publicar artigo sobre fundamentação, já manifestava que o futuro de nossos tribunais supremos dependeria de uma urgente reforma constitucional, a fim de modernizá-los e ampliar sua capacidade de exame, incluindo nessa capacidade o controle da

⁴¹² MITIDIERO, Daniel. Cortes superiores e cortes supremas: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente. pp. 94-102.

motivação fática das sentenças.⁴¹³ O que, no seu entender, auxiliaria no controle do volume de recursos.

Seja como for, a recente reforma vivenciada no Brasil deu-se em nível infraconstitucional e, por isso mesmo, as inúmeras e colidentes interpretações sobre qual o papel das cortes regulado no CPC/15 deve ser apreciada *cum grano sallis*. Isso porque o CPC não tem competência para alterar o papel das cortes e, por isso, não é possível concluir que o artigo 1034 alterou a função por elas desempenhada, seja no âmbito da atividade ou na profundidade do efeito devolutivo. A regra, não obstante imprecisões semânticas, segue a mesma, na linha do que foi sustentado por Cássio Scarpinella Bueno, conforme referido no capítulo anterior.

A afirmação de que o Novo CPC não pode e, portanto, não alterou o papel das cortes de vértice brasileiras não desafia a inegável iniciativa do legislador de fomentar e buscar – de certa forma – regular a cultura dos *precedentes* no Brasil, inserindo nas cortes superiores a figura do precedente.

A priorização do julgamento do mérito do recurso é uma das *marcas* do CPC/15, técnica direcionada a todos os graus de jurisdição, a fim de vincular os entendimentos pacificados nas cortes de vértice desde a origem dos julgamentos (singulares ou colegiados) em primeiro e segundo grau de jurisdição. O objetivo do legislador foi, a partir da criação dos *precedentes à brasileira*, tornar as decisões mais previsíveis, os julgamentos mais céleres e evitar que os impasses sejam resolvidos apenas nas cortes de vértices, quando já tiver posição por elas pacificada a orientar os demais órgãos jurisdicionais.

Aqui, vale destacar que, embora não haja consenso doutrinário quanto à eficácia do artigo 927 do CPC/15, que estabelece os *precedentes*, dentro da *racionalidade* do código, não parece ter espaço para dúvidas quanto às intenções do legislador sobre a necessidade de observância por parte dos órgãos inferiores aos entendimentos formados nas cortes superiores. Diga-se, que este é o ponto de intersecção entre a reforma na admissibilidade recursal realizada no Novo CPC e o papel das cortes de vértice, pois as medidas adotadas

⁴¹³ BAPTISTA DA SILVA, Ovídio. Fundamentação das sentenças como garantia constitucional. *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*. Porto Alegre, v. 10, jan/fev. 2006. p. 6-29

pelo legislador foram voltadas a flexibilizar a admissibilidade, priorizando o julgamento de mérito como técnica de contenção indireta dos recursos. Ou seja, os *precedentes à brasileira* seriam “filtros indiretos”, controlando as decisões de mérito, evitando (teoricamente) a subida de recursos aos tribunais de vértice, já que a posição das cortes estaria refletida na decisão de primeiro e segundo graus, dispensando sua manifestação no final do trâmite recursal.

Embora seja possível identificar a intenção do legislador e enquadrar o *precedente à brasileira* (artigo 927 do CPC/15) como filtro indireto, o novo diploma legal brasileiro não parece ter solucionado o problema do volume, ou seja, não terá potencial para diminuir a iniciativa recursal. Isso porque as reformas no âmbito da admissibilidade buscaram *destravar* os óbices criados pela jurisprudência defensiva, elencando cada uma das causas apontadas na jurisprudência como fundamento para não conhecer o recurso, criando norma que coíbe a inadmissibilidade naqueles casos específicos. Ocorre que a jurisprudência defensiva é sintoma da litigiosidade, e como tal, não parece estar controlada por normas específicas. O combate à jurisprudência defensiva depende de mecanismos que neutralizem ou amenizem a litigiosidade, grande responsável pelo crescimento de fenômenos como este.

Ao analisar os filtros criados em outros países, verificou-se o fortalecimento de contenções legítimas, benéficas e que limitam o acesso aos tribunais no âmbito da admissibilidade, a fim de preservar sua excepcionalidade e não vê-los transformados em terceira instância.

Infelizmente as estatísticas no âmbito do volume de recursos exigem tempo, razão pela qual a verificação *em números* para que se possa aferir o funcionamento das estratégias do legislador exigirá mais tempo de espera. Embora o CPC/15 esteja em vigor há quase um ano, os reflexos de suas previsões ainda são incipientes. Seja como for, e sem a pretensão de exercitar presciência, o volume não deve diminuir, mas aumentar. O mal que acomete as cortes é a cultura demandista e as reformas legislativas são apenas um dos braços que tem de conter tal problema. Ademais, mesmo com a pretensão de ter solucionado os entraves excessivos da jurisprudência defensiva, ao que tudo indica o problema não morreu, pois este fenômeno assemelha-se à Hidra de Lerna, e, portanto,

tendo *uma de suas cabeças cortadas, outras nascerão naquele mesmo lugar* a fim de desempenhar o papel daquilo que se imaginou neutralizado.

Espera-se que as previsões estejam erradas, e que o CPC/15 seja realmente efetivo em suas reformas. Contudo, o prognóstico não é positivo.

BIBLIOGRAFIA

ABBOUD, Georges. Precedente judicial versus jurisprudência dotada de efeito vinculante: a ineficácia e os equívocos das reformas legislativas na busca de uma cultura de precedentes. In direito jurisprudencial/ Teresa Arruda Alvim Wambier, coordenação. – São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

ALVARO DE OLIVEIRA, Carlos Alberto. Do Formalismo no Processo Civil – Proposta de um Formalismo-Valorativo, 4. Ed. São Paulo: Saraiva. 2010.

ALVIM NETTO, José Manoel de. Reexame do valor da prova. Doutrinas Essenciais de processo civil 4, São Paulo. RT.

_____. O projeto de novo CPC e os recursos excepcionais. Revista Forense, Rio de Janeiro , v.420, p. 51-60, jul./dez. 2014.

ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de Direito Administrativo. 5ª ed. rev. e atual, São Paulo, Saraiva, 2010

ASSIS, Araken de. Manual dos Recursos. 5ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013;

AZEVEDO, Luiz Carlos de. Introdução à história do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2005.

AZZONI, Clara Moreira. Recurso especial e extraordinário – aspectos gerais e efeitos. Coleção Atlas de processo civil, coordenação Carlos Alberto Carmona. Atlas. 2009.

BALEEIRO, Aliomar de Andrade. O supremo tribunal federal. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Uberlândia. Uberlândia, faculdade de direito, 1973. v.2, n.1.

BAPTISTA DA SILVA, Ovídio. Sentença e Coisa Julgada (ensaios e pareceres). Rio de Janeiro: Forense. 2003;

_____. Fundamentação das sentenças como garantia constitucional. *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*. Porto Alegre, v. 10, jan/fev. 2006.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Comentários ao Código de processo Civil. 14ª edição. Volume V. Rio de Janeiro: Forense. 2008;

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Temas de direito Processual, sétima série. Rio de Janeiro: Saraiva. 2001;

_____. Temas de direito Processual, oitava série. Rio de Janeiro: Saraiva. 2001;

_____. A suprema Corte norte-americana: um modelo para o mundo? *Revista de Direito Administrativo Rio de Janeiro*, renovar, 2003. v.233.

_____. Comentário ao Código de Processo Civil. 14. Ed. Forense, 2008.

_____. O juízo de admissibilidade no sistema dos recursos cíveis, n. 29.

_____. O juízo de admissibilidade e o juízo de mérito no julgamento do recurso especial. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (coord.). *Recursos no Superior Tribunal de Justiça*. São Paulo : Saraiva, 1991.

_____. Que significa “não conhecer” de um recurso?. RJ. São Paulo, n. 59.

BARIONI, Rodrigo. Ação Rescisória e recurso para os tribunais Superiores. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. - (Recursos no processo civil; 23).

BARRANCOS Y VEDIA. Fernando N. *A Corte Suprema de Justicia en la historia constitucional Argentina*. In <http://www.ancmvp.org.ar/user/files/1999/10.pdf>.

BARREIROS, Lorena Miranda Santos. O direito à distinção no sistema processual civil brasileiro: perspectivas à luz do projeto de novo Código de Processo Civil. Revista Brasileira de Direito Processual, Belo Horizonte , v.23, n.89, jan./mar. 2015, p. 108.

BARROSO, Luis Roberto. MELLO, Patrícia Perrone Campos de. Trabalhando com uma nova lógica: a ascensão dos precedentes no direito brasileiro. Disponível in <http://s.conjur.com.br/dl/artigo-trabalhando-logica-ascensao.pdf> .

BARSOTTI, Vittoria. L'arte di tacere: Strumenti e tecniche di non decisione della Corte Suprema degli Stati uniti. Torino: G. Giappichelli Editore, 1999.

BARTOLINI, Farnesco. Il nuovo guidizio de appello e di cassazione nel processo civile.

BAUM, Lawrence. A Suprema Corte Americana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

BERMAN, Harold. O fundamento histórico do direito americano. In: Aspectos do direito Americano. Ri de Janeiro. Forense. 1963. P. 19-20 apud DUARTE AZEVEDO, Marco Antonio. Súmula vinculante: o precedente como fonte do direito. São Paulo. Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 2008.

BLACK, Henry Campbell. Black's law dictionary. 3. Ed. Minnesota: West Publishing. 1933.

BORNKAMM, Joachim “o Recurso Especial (Revision) e as novas tendências na jurisprudência do Supeior Tribunal de Justiça (Bundesgerichtshof)”) Disponível em:

<www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/gd/documentos/seriecadernoscej26brasil-alemanha.pdf >

BRUNS, Alexander. Pressupostos de admissibilidade do Recurso Especial no STJ Alemão. Disponível em: < www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/gd/documentos/seriecadernoscej27brasil-alemanha.pdf>.

BUENO, Cássio Scarpinella. Novo Código de Processo Civil anotado. São Paulo. Saraiva, 2015.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa. Teoria do Precedente Judicial – A Justificação e a aplicação de regras jurisprudenciais. São Paulo: Editora Noeses, 2012.

BUZAID, Alfredo. A crise do Supremo Tribunal Federal. Conferência de Direito Judiciário Civil. São Paulo.

_____. Uniformização de jurisprudência. 1985.

CAPELLETTI, Mauro. O controle judicial da constitucionalidade das leis no direito comparado. 2ed. Trad. Aroldo Plínio Gonçalves. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed. 1984.

_____. Problemas de Reforma do Processo Civil nas Sociedades Contemporâneas, In: *Revista de Processo*, RT-SP, nº 65, ano 17, janeiro-março/92, p. 127/143. “a ‘inadequada organização judiciária’ (inclusive o excesso de recursos)(...) Trata-se de problemas que de modo algum se limitam ao Brasil, mas se reencontram noutros países, e decerto na Itália.”

CALAMANDREI, Piero. La cassazione civile. Vol.I. Milano: Fratelli Bocca, 1920.

CAPONI, Remo. La modifica dell'art. 360, 1º comma n.5 c.p.c..2012. in <http://www.judicium.it/admin/saggi/411/Caponi.pdf>. Última visualização em 08/11/2014.

CARNEIRO, Athos Gusmão. O papel da Jurisprudência no Brasil. A súmula e os precedentes jurisprudenciais. Relatório do congresso de Roma. Doutrina - Superior Tribunal de Justica. Brasília, edicao comemorativa - 15 anos.

_____. Recurso especial, agravos e agravo interno. 6.ed. Gen-Forense, Rio de Janeiro, 2009.

CARNEIRO, Diogo Ciuffo. Os requisitos de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário e a sua ilegítima utilização como filtros recursais. *Revista de Processo*, São Paulo, v.33, n.160, p. 209, jun. 2008.

CARDOSO, Diego de Lima. Recursos nos Tribunais Superiores: o reiterado exercício do juízo negativo de admissibilidade em claro apego ao formalismo excessivo próprio das jurisprudências defensivas. *Revista da EJUSE*, Aracaju, n.18, p. 279-300, jan. 2013.

CARVALHO E MARINHO. Hugo Chacara. Independência funcional dos juízes e os precedentes vinculantes. In Precedentes/coordenadores Fredie Didier Jr. ..., [et al.]. – Salvador: Juspodivm. 2016. Coleção Grandes temas do Novo CPC, v. 3: coordenador geral Fredie Didier Jr.

CASTANHEIRA NEVES. A. O instituto dos assentos e a função dos supremos tribunais. Coimbra. Ed. Primeira (reimpressão) 2014.

CASTRO, Jordi Delgado. El Recurso Extraordinario en el Proyecto de Código Procesal Civil. In http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-00122012000200005.

CHEIM JORGE, Flávio. In Breves comentários ao Novo código de Processo Civil. Teresa Arruda Alvim Wabier e Fredie Didier Jr. et all (Cords.) São Paulo. RT. 2015.

_____. Teoria Geral dos Recursos Cíveis. Editora Forense, Rio de Janeiro, 2003.

_____. e SIQUEIRA, Tiago Ferreira. A aplicabilidade do art. 932, parágrafo único, do CPC/15 aos recursos extraordinário e especial: confronto com o artigo 1029, §3º. In http://www.cjar.com.br/wp-content/uploads/2016/05/»-A-aplicabilidade-do-art.-932-paragrafo-único-do-Novo-CPC-aos-recursos-extraordinário-e-especial_-confronto-com-o-art.-1.pdf.

CONSTANTINO, Giorgio. Le reforme dell'appello e l'e introduzione del "filtro". Ordinário de diritto processuale civile nell'università di Roma tre. Treccani.it.

COOLEY, Thomas. Princípios gerais de direito constitucional dos Estados Unidos da América do Norte. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. A nova recorribilidade extraordinária. Considerações sobre o prequestionamento e o cabimento dos recursos extraordinário e especial no novo CPC. Revista de Informação Legislativa, Brasília , v. 48, n. 190, t. II, abr. /jun. 2011. p. 133.

CRISPIN, Maria Cristina Generoso Ribeiro. Recurso especial e recurso extraordinário: questões pontuais sobre a admissibilidade e a procedibilidade no direito processual civil. São Paulo: Pilares, 2006.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Precedente Judicial como Fonte do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

DAVID, Renè. O Direito Inglês. São Paulo. Martins Fontes. 2000.

DANTAS, Bruno Nascimento. Tutela recursal plurindividual no Brasil: formulação, natureza, regime jurídico, efeitos. Tese de doutorado defendida na PUSP. São Paulo. 2013.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Curso de direito processual civil. Vol. 3, 11ª ed., Salvador: JusPODIVM, 2013.

DUXBURY, Neil. The nature and authority of precedente. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

FAGUNDES, M. Seabra. O controle dos atos administrativos pelo poder judiciário. 3ª Edição (Atualizada). Revista Forense. Rio de Janeiro, 1957.

FARIA, Márcio Carvalho. As funções das cortes Superiores, os recursos excepcionais e a necessária revisão dos parâmetros interpretativos em relação à lealdade processual (parte um). Revista de processo v. 247. Setembro de 2015, RT.

FARIA, Luiz Alberto Gurgel. In Comentários ao código de processo civil: Lei n. 13.105/2015. Coordenado por Angélica Arruda Alvim, Araken de Assis, Eduardo Arruda Alvim e George Salomão Leite. Ed. Saraiva. 2016.

FERNANDES, Luis Eduardo Simardi. In Comentários ao código de processo civil: Lei n. 13.105/2015. Coordenado por Angélica Arruda Alvim, Araken de Assis, Eduardo Arruda Alvim e George Salomão Leite. Ed. Saraiva. 2016.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. O livre convencimento motivado não acabou no novo CPC. In <http://jota.info/o-livre-convencimento-motivado-nao-acabou-no-novo-cpc>.

GOODHART, Arthur L. Essays in jurisprudence and the common law. Cambridge: Cambridge University press, 1931.

GORLA, Gino. Diritto Comparato e diritto Comune Europeo. Parte seconda: La giurisprudenza come fattore del diritto. Milano: Giuffrè. 1981.

HABSHEID, Whalter. Les cours supérieures en République Fédérale d'Allemagne et la distinction du fait e du droit devant les juridictions suprême en France et en Allemagne. *Reveu Internationale de Droit Comparé*, ano 20. n.1.

HESPANHA, Antônio. Justiça e Litigiosidade: história e prospectiva. Lisboa: Orlando & Ca., Ltda. 1993.

LAITANO, Tatiana Michelle Marazzi. Unicidade e duplicidade da Jurisdição. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/unicidade-e-duplicidade-de-jurisdicao/96164/>.

LEDESMA, A. El papel de los tribunals supremos nacionales: sobrecarga de trabajo e incidencia de la jurisdicción de tribunals supranacionales, em XX Jornadas Ibero americanas de Direito Processual, Problemas atuais do processo ibero Americano.

NEQUETE, Lenine. O Poder judiciário no Brasil: Crônica dos tempos Coloniais. Volume I e Volume II. Brasília.: Supremo Tribunal Federal, 2000

_____. O Poder judiciário no Brasil a partir da Independência: I - Império. Brasília.: Supremo Tribunal Federal, 2000.

_____. O Poder judiciário no Brasil a partir da Independência: II - República. Brasília.: Supremo Tribunal Federal, 2000.

NERY JR., Nelson. Teoria Geral dos Recursos. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2014.

KNIJNIK, Danilo. O recurso especial e a revisão da questão de fato pelo Superior Tribunal de Justiça. Rio de Janeiro: Forense. 2005.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. LIMA, In Comentários ao código de processo civil: Lei n. 13.105/2015. Coordenado por Angélica Arruda Alvim, Araken de Assis, Eduardo Arruda Alvim e George Salomão Leite. Ed. Saraiva. 2016.

LIMA, Lucas Rister de Souza. In Comentários ao código de processo civil: Lei n. 13.105/2015. Coordenado por Angélica Arruda Alvim, Araken de Assis, Eduardo Arruda Alvim e George Salomão Leite. Ed. Saraiva. 2016.

MACÊDO Buril de. Contributo para a definição de ratio decidendi na teoria brasileira dos precedentes judiciais. Revista de Processo, São Paulo , v.39, n.234, ago. 2014

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Recurso extraordinário e recurso especial. 12ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2013.

_____. A realidade judiciária brasileira e os Tribunais da federação – STF e STJ: inevitabilidade de elementos de contenção dos recursos a eles dirigidos. In: *Processo e Constituição: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira*. FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes obrigatórios. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010.

_____. O STJ enquanto Corte de Precedentes. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2013.

_____. O precedente na dimensão da igualdade. In <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kFvHLkZUZSEJ:www.marinoni.adv.br/wp-content/uploads/2016/08/O-Precedente-na-Dimens%25C3%25A3o-da-Igualdade.docx+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=safari>.

MARTINS, Ivens Gandra da Silva; MENDES, Gilmar. A ação declaratória de constitucionalidade: a inovação da Emenda Constitucional n. 3 de 1993. São Paulo: Saraiva, 1994.

MARTOS, Frederico Thales de Araújo e José Antonio de Farias. O difícil acesso ao Supremo Tribunal Federal. In <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=f8895f0da0edf4da>.

MITIDIERO, Daniel. Cortes Superiores e Cortes Supremas – do controle à interpretação da Jurisprudência ao precedente – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. Do Recurso Extraordinário: Fortaleza. Imprensa universitária do Ceará. 2001.

MORAES, Alexandre de. Jurisdição constitucional e tribunais constitucionais: garantia suprema da Constituição. São Paulo: Atlas, 2000.

MOURA ROCHA, José de. A importância da súmula. Revista Forense. Rio de Janeiro, n. 257. p. 91-98, jan./mar. 1977.

NEQUETE, Lenine. O Poder Judiciário no Brasil: Crônicas dos tempos coloniais. V.I. Brasília. STF. 2000.

_____. O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência. V.II. República. Brasília. Supremo Tribunal Federal. 2000.

NERY JR. Nelson. Teoria Geral dos recursos. 7a. Ed. RT, São Paulo.

_____. e NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

NUNES, Dierle; LADEIRA, Aline Haad. Aspectos da dinâmica do direito jurisprudencial no Brasil versus a busca de coerência e integridade – uma primeira impressão das premissas dos precedentes no Novo Código de Processo Civil. Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro, Belo Horizonte, ano 22, n. 87, jul./set. 2014

OLIVEIRA. Gleydson Kleber Lopes de. Recurso especial. São Paulo. RT, 2002.

_____. Questão de fato e de direito para fins de admissibilidade do recurso especial. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2002.

OTEIZA, Eduardo. “A função das Cortes Supremas na America Latina. História, Paradigmas, modelos, contradições e Perspectivas”, Revista de Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. N. 187.

PAUMGARTNER, Michelle. Constitucionalismo transformador: o caso Sul-Africano. In <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/74864/constitucionalismo_transformador_caso_paumgarten.pdf >

PEDRON, Flávio Quinaud. Os recursos destinados para Tribunais Superiores: a duvidosa constitucionalidade dos filtros recursais da transcendência e da repercussão geral. Fórum Administrativo: direito público, Belo horizonte, n. 121.

PESSOA, Roberto Dórea. Juízo de mérito e grau de cognição nos recursos de estrito direito. In Nery Júnior, Nelson; Alvim, Teresa Arruda (coord.). Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins. São Paulo : Rev. dos Tribunais, 2006. v.10.

PINTO. Nelson Luiz. Manual dos Recursos Cíveis. Malheiros. 2ª ed. 2001.

PINTO. Flávia Dantas. O judiciário Francês sob a ótica de um juiz brasileiro. In http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/60718/judiciario_frances_pinto.pdf.

PISANI, Proto A. Principio d’eguaglianza e ricorsi per cassazione. Revista de processo. Vol. 191. P. 201/jan/2011. DTR/2011/1133.

_____. Dulla garanzia costituzionale del ricorso per cassazione sistematicamente interpretata. In foro it., 2009.

PUOLI, José Carlos Baptista. Precedentes vinculantes? O CPC “depois” da Lei nº 13.256/16. In “Processo em Jornadas” editora Juiz Podivm.

RODRIGUES. José Honório. O conselho de estado: o quinto poder? Senado Federal. 1978.

RODRIGUEZ. José Rodrigo. Como decidem as cortes?: para uma crítica ao direito (brasileiro). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ROSITO, Francisco. Teoria dos Precedentes Judiciais, racionalidade da tutela jurisdicional. Curitiba: Juruá. 2012.

ROSSI, Júlio César. O precedente à brasileira: súmula vinculante e o incidente de resolução de demandas repetitivas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 37, n. 208, jun. 2012.

SARAIVA, José. Recurso Especial e o STJ. São Paulo: Saraiva. 2002.

SANTOS, Geisel Christian dos. Aspectos gerais do direito argentino moderno: uma análise da atividade jurisdicional na Província de Mendoza. *In* <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5631/1/PDF%20-%20Geisel%20Christian%20Ramos%20dos%20Santos.pdf>.

SANTOS. Igor Raatz dos. Precedentes obrigatórios ou precedentes à brasileira?. *Repertório de Jurisprudência IOB : Civil, Processual, Penal e Comercial*, São Paulo, v.3, n.10, 3/32037.

SCHOR, M, Constitutionalism Trough the Looking Glass of Latin America, *Texas internation law journal*, vol. 41, 2006.

SCHWARTZ, Bernard. *Direito Constitucional Americano*. Rio de Janeiro: Forense, 1966.

SEDEK, Maria Teresa. A Organização do Poder Judiciário no Brasil. org. In *Uma introdução ao estudo da justiça* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. A organização do poder judiciário no Brasil. pp. 1-16. ISBN: 978-85-7982-032-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. *Primeiros passos rumo à Suprema Corte Norte-Americana*. Disponível na Internet: <<http://www.mundojuridico.adv.br>>.

SLEMIAN, Andrea. GARCIA NETO, Paulo Macedo. LIMA LOPES, José Reinaldo. *O Supremo Tribunal de Justiça do império*. São Paulo. Saraiva. 2010.

SLEMIAN, Andrea. GARCIA NETO, Paulo Macedo. LIMA LOPES, José Reinaldo. *O Supremo Tribunal de Justiça do império. “O judiciário no Crepúsculo do Império”*. São Paulo. Saraiva.

SOARES, Guido Fernando da Silva. *Common law: introdução ao direito dos Estados Unidos*. São Paulo. RT. 1999.

SOARES, Marcos José Porto. A ratio decidendi dos precedentes judiciais. Revista Brasileira de Direito Processual, Belo Horizonte , v.22, n.85, p. 39-73, jan./mar. 2014.

SONELLI, Silvia. “L’a acesso ala Corte Suprema e L’ambito del suo Sindacato – um contributo al dibattito sulla cassazione civile in un’ottica comparatistica”. Ed. G. Giappichelli Editore – Torino, 2001.

TARUFFO, Michelle. “Cassazione e Revisione: um Problema nella Storia delle Istituzione Giudiziarie”, Il Vertice Ambiguo – Saggi sulla Cassazione Civile. Bologna: Il mulino, 1991.

_____. “Precedente e Giurisprudenza”, Revista Trimestrale do Direito Comparato e di Studi Legislativi. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2011.

TAVARES, André Ramos; MENDES, Gilmar Ferreira; MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). Lições de direito constitucional: em homenagem ao jurista Celso Bastos, São Paulo : Saraiva, 2005

THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil volume I. 52ª Edição. Forense, 2011.

_____. NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre. Breves considerações sobre a politização do judiciário e sobre o panorama de aplicação no direito brasileiro – Análise da convergência entre *civil Law* e o *common Law* e dos problemas de padronização decisória. In: *Revista de Processo*. Revista dos Tribunais: São Paulo, nº 189, ano 35, novembro/2010.

TESHEINER, José Maria. Inconstitucionalidades gritantes do artigo 927 do novo CPC. In <http://www.tex.pro.br/index.php/artigos/317-artigos-set-2015/7376-inconstitucionalidades-gritantes-no-artigo-927-do-novo-cpc>.

TUCCI. José Rogério Cruz e. Jurisdição e Poder. Saraiva. 1987. São Paulo.

_____. Parâmetros de eficácia e critérios de interpretação do precedente judicial. In direito jurisprudencial/ Teresa Arruda Alvim Wambier, coordenação. – São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

_____. Paradoxo da corte: desistência do recurso não se subordina ao crivo dos tribunais. In <http://www.conjur.com.br/2013-dez-24/paradoxo-corte-desistencia-recurso-nao-subordina-crivo-tribunais>.

_____. E AZEVEDO, Luiz Carlos. Lições de História do processo Civil Lusitano. São Paulo. RT. 2009.

VIANA, Ulisses Schwartz. In Comentários ao código de processo civil: Lei n. 13.105/2015. Coordenado por Angélica Arruda Alvim, Araken de Assis, Eduardo Arruda Alvim e George Salomão Leite. Ed. Saraiva. 2016

WAISBERG, Tatiana. Controle jurisdicional da Administração Pública no Direito Francês: a jurisdição administrativa à luz do sistema administrativo brasileiro. - Disponível em <http://jusvi.com/artigos/27458>

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Distinção entre questão de fato e questão de direito para fins de cabimento de recurso especial. Revista da AJURIS Porto Alegre , AJURIS v.25 , n.74 , p.253-278 , nov. 1998.

_____. “Estabilidade e Adaptabilidade como objetivos do direito: Civil Law e Commom Law”, Revista de Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, n. 172.

_____. Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Ação Rescisória. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. Omissão judicial e embargos de declaração. São Paulo: Revista dos Tribunais.

_____. CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins, RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva, MELLO, Rogério Liscastro Torrer de. Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo/ coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

ZAGANELLI, Margareth Vetis. O filtro de admissibilidade para o recurso de cassação na reforma processual civil italiana de 2009. Revista eletrônica de direito processual. Volume

VIII. Periódico da Pós-graduação stricto sensu em direito processual da UERJ.in www.redp.com.br.

ZAVASKI, Teori. “Jurisdição Constitucional do Superior Tribunal de Justiça” Revista de Processso. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, n. 212.

_____. Eficácia da sentença na jurisdição Constitucional, 2. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. Pressupostos de admissibilidade do recurso especial no Superior Tribunal de Justiça. Cadernos do CEJ, Brasília: CJF, v.27 (jun. 2011) p. 98, palestra proferida no II Seminário Internacional Brasil-Alemanha: Thompson Flores, Florianópolis.

ZUCKERMAN, A. The Common-Law system – England. In: Chase, O. Hershkoff, H. Silberman, Y.; VARANO, V; ZUCKERMAN, A. Civil litigation in comparative context, Thomson/West, 2007.